

OS HOMENS DE NEGÓCIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

 10.5935/2177-6644.20210005

BUSINESSMEN AND STATE BUILDING IN
THE PROVINCE OF MARANHÃO

EMPRESARIOS Y EDIFICIO DEL ESTADO
EN LA PROVINCIA DE MARANHÃO

Luisa Moraes Silva Cutrim*

 <https://orcid.org/0000-0002-7690-0537>

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a atuação dos homens de negócio na praça comercial do Maranhão sob a perspectiva da construção do novo Estado do Brasil. Após sofrerem reveses com a Independência, ocorre o reposicionamento político dos negociantes, onde (dentre outras coisas) se empenharam em demonstrar publicamente a fidelidade ao recém-criado Império do Brasil. Busca-se compreender as estratégias utilizadas por estes personagens para manterem, além do poderio econômico, suas influências políticas na região.

Palavras-chave: Negociantes. Maranhão. Independência.

Abstract: The objective of the present work is to analyze the performance of businessmen in the commercial square of Maranhão from the perspective of the construction of the new State of Brazil. After suffering setbacks with independence, the political repositioning of the businessmen took place, where, among other things, they made an effort to publicly demonstrate their loyalty to the newly created Empire of Brazil. It seeks to understand the strategies used by these characters to maintain, in addition to economic power, their political influence in the region.

Key-words: Businessmen. Maranhão. Independence.

Resumen: El objetivo del presente trabajo es analizar el desempeño de los empresarios en la plaza comercial de Maranhão desde la perspectiva de la construcción del nuevo Estado de Brasil. Luego de sufrir reveses con la independencia, se produjo el reposicionamiento político de los empresarios, donde, entre otras cosas, se esforzaron por demostrar públicamente su lealtad al recién creado Imperio de Brasil. Se busca comprender las estrategias que utilizan estos personajes para mantener, además del poder económico, su influencia política en la región.

Palabras-clave: Empresarios. Maranhão. Independencia.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Integrante do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA) e do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES/UFJF).  <http://lattes.cnpq.br/7243925918708201> – E-mail: luisacutrim91@gmail.com

Introdução

Os abaixo assinados que compõem uma parte principal do Corpo de Comercio desta Praça, desejando manifestar a V. Ex.^a ao mundo inteiro a sua gratidão pelos relevantes serviços que V. Ex.^a há prestado a esta interessante classe da sociedade, já destruindo todos os entraves que lhe estorvavam suas operações, já fomentando todos os meios porque ela se verifica julgaram não ter dado uma prova de seu reconhecimento eterno por tão assinalados benefícios [...]. É por estes motivos que os abaixo assinados pedem licenças a V. Ex.^a para fazer-lhe o brinde de um [Crachá] da Ordem de S. Bento de Aviz, que pela sua preciosidade seja um novo testemunho assim das exímias virtudes do Agraciado do Imperador, como de grande respeito e veneração dos aferentes (APEM, Códice, Lv. 64. (1821-1826), Fl. 147-149)¹.

O trecho refere-se ao abaixo-assinado encaminhado ao então presidente da província do Maranhão, Pedro José da Costa Barros. Ele foi produzido por “parte principal” do Corpo de Comércio em dezembro de 1825, com intuito de ressaltar e agradecer o estabelecimento do comércio “ao seu antigo estado”, após ter sido prejudicado pela guerra e pela anarquia, segundo afirma os subscritores. Como forma de demonstrar de maneira material as “exímias virtudes” de Costa Barros, pediam autorização para a produção de espécie de medalha, com o símbolo da Ordem de Avis, para condecorar o presidente. O dito documento foi assinado por 47 homens², os quais eram (majoritariamente) naturais de Portugal e atuavam no comércio do Maranhão desde início do século XIX. Eles foram figuras ativas nos embates políticos que marcaram a região entre a adesão à Revolução do Porto, em 1821, e a adesão à Independência, em 1823. Tal período é enfatizado pelos subscritores como fortemente prejudicial ao comércio.

Pedro José da Costa Barros³ foi nomeado presidente da província em dezembro de 1824 e chega ao Maranhão em fevereiro de 1825. No entanto, ele assumiu o governo somente em agosto daquele ano⁴. Este imbróglgio inicial é descrito pelos subscritores, afirmando que estavam contando “os dias e horas” para a “chegada daquele por quem suspirávamos” quando “a intriga e a cabala de mãos dadas souberam iludir as Ordens do Imperador”⁵.

Obviamente aqueles homens tinham outros interesses velados ao enaltecerem, de diferentes formas, o novo presidente de província, em tão pouco tempo de governo. Costa Barros foi

¹ A grafia foi atualizada nas citações dos documentos.

² A lista de subscritores está no anexo I.

³ Pedro José da Costa Barros tinha sido deputado constituinte em 1823, ex-ministro da Marinha e ex-presidente do Ceará. Integrava, assim, o grupo de administradores do Império que circulou por diferentes regiões (Cf. GALVES, 2010).

⁴ Costa Barros foi barrado pelo almirante Lord Cochrane de assumir a presidência, o qual encontrava-se na região para cobrar o pagamento pelos serviços prestados durante a guerra de Independência; a mudança de governo poderia atrapalhar o recebimento do almirante.

⁵ Os subscritores chegam ao ponto de dizer no abaixo-assinado que, por diversas vezes, tinham invejado os irmãos cearenses por terem sido governados por Costa Barros.

fundamental para o restabelecimento dos negociantes portugueses na praça do Maranhão⁶. Entre a “adesão” da província à Independência, em 1823, e a chegada do dito presidente, os negociantes passaram por momentos conturbados⁷. Uma das primeiras medidas tomadas pela Câmara Geral, logo após a “adesão”, foi expulsar os considerados “portugueses”⁸ que haviam sido contra o “sistema de Independência e que são capazes ainda de transformar o sossego público” (VIEIRA DA SILVA, 1972, p. 137-138). Dentre os “portugueses” expulsos estavam Antonio José Meirelles e João José de Almeida Junior, ficando estabelecido que o primeiro iria para o Rio de Janeiro e o segundo teria que sair da cidade. A produção do dito documento de apoio a Costa Barros, em 1825, conta não apenas com a assinatura dos dois negociantes, como Almeida Junior ainda encabeça a subscrição.

Outros membros do Corpo de Comércio também foram considerados “portugueses”, sofrendo os mesmos reveses, como João Chrisóstomo Pagony e Manoel Duarte Godinho, o que demonstra a preponderância portuguesa no comércio do Maranhão. Como destaca Gabriel Pereira (2009), as praças comerciais de Belém e São Luís estavam fortemente envolvidas com as redes comerciais do império português e, mais do que isto, os responsáveis por esses negócios eram principalmente os portugueses⁹. A forte ligação com Lisboa foi um dos motivos que fez estes homens se oporem tão fortemente ao projeto de separação política iniciado no Rio de Janeiro. Como destaca Gladys Ribeiro, no Sudeste a emancipação representava a preservação dos interesses e das propriedades dos negociantes, enquanto a lógica das províncias do Norte era se livrar dos monopólios da Corte, estabelecida na praça carioca (RIBEIRO, 2002, p. 93-96).

Sendo assim, o posicionamento destes negociantes estava relacionado com seus interesses

⁶ Relembrando, contudo, que desde o vice-presidente Patrício José de Almeida e Silva já havia a acusação de restabelecer postos a milicianos portugueses (ARAÚJO, 2018, p. 168).

⁷ A Junta Provisória, formada em agosto de 1823, teve como presidente Miguel Ignácio dos Santos Freire e Bruce e contava como membros nomes como Lourenço de Castro Belfort, Joaquim Vieira Belfort e José Pereira de Burgos. Como aponta Marcelo Galves (2010), o grupo estabelecido à frente do governo da província remodelava o poder político da região, visto que faziam parte da “parentela Belfort-Burgos-Lamagner-Vieira da Silva-Gomes de Sousa”, relacionados com a região de Itapecuru, produtora de algodão. O que enfraqueceu consideravelmente os comerciantes que se opuseram ao projeto de separação política iniciado no Rio de Janeiro (MARQUES, 1870, p. 294).

⁸ É importante frisar ainda a conotação política que os termos “português” e “brasileiro” adquiriram neste contexto pós-Independência. De acordo com Gladys Ribeiro (2002), o “ser brasileiro” ia sendo construído como aquele que: buscava a liberdade e a Monarquia Representativa e Constitucional e era contra as medidas recolonizadoras das Cortes. Ao final da década de 1820, o “portuguesismo” se tornou parte fundamental do jogo político. Corroborando com a autora, Marcelo Galves (2010) destaca que o uso destes termos foram construções políticas que refletiam projetos sociais e econômicos mais amplos e não vinculados aos locais de nascimento. No caso do Maranhão, os negociantes que assinam o abaixo-assinado fazem parte deste grupo de “portugueses”, relacionados às figuras que apoiaram Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, em 1821, e se opuseram ao projeto de Independência iniciado no Rio de Janeiro até às vésperas da “adesão”, em julho de 1823. Os subscritores representavam, portanto, o posicionamento político a ser evitado.

⁹ Por outro lado, Pereira (2009) entende que não havia uma comunidade sólida de negociantes nas praças de São Luís e Belém, com a atividade mercantil nestas localidades feita apenas por “simples comissários”, sem capital próprio. Aspecto que a presente pesquisa, sobre os homens de negócio atuantes no Maranhão, tem rebatido.

comerciais e não com um possível debate sobre a identidade nacional. Em seu trabalho, Roni Araújo recupera o posicionamento de Cochrane, o qual insistia em ressaltar que as atrocidades cometidas contra os portugueses se relacionavam, na verdade, aos interesses pessoais dos membros da Junta do Governo. Parte dos integrantes da junta eram devedores dos comerciantes portugueses e a expulsão destes, justificada pela manutenção e consolidação do novo sistema político, servia como pretexto perfeito para ficarem livres das dívidas¹⁰.

O objetivo do presente trabalho é analisar a atuação dos homens de negócio na praça comercial do Maranhão sob a perspectiva da construção do novo Estado do Brasil. Após sofrerem reveses com a Independência, como apontado, ocorre o reposicionamento político destes, onde (dentre outras coisas) se empenharam em demonstrar publicamente a fidelidade ao recém-criado Império do Brasil.

A análise será pautada nas festividades de aclamação ao Imperador que marcaram o Maranhão ao longo do ano de 1826 e contou com a participação de muito destes homens entendidos como “portugueses”. Será possível, assim, compreender as estratégias utilizadas por estes negociantes para manterem, além do poderio econômico, suas influências políticas na região. As comemorações também permitem perceber a atuação em conjunto destas figuras, demonstrando que suas relações ultrapassavam o caráter mercantil, sendo acionadas neste período de reafirmação política.

As sociabilidades acionadas no Maranhão pós-Independência

Ao observar as formas de comunicação política que marcou a monarquia pluricontinental portuguesa do Antigo Regime, Nuno Monteiro e Francisco Cosentino (2017) percebem que os grupos corporativos¹¹, para além dos indivíduos, “mantiveram através das petições e representações elevados níveis de interação e comunicação com o centro político”. Um destes grupos eram os negociantes que, principalmente a partir do século XVIII, se estabelecem como requerentes junto à sede da monarquia portuguesa e alcançam no Atlântico português um “protagonismo institucional”,

¹⁰ Em contrapartida, o autor destaca que o discurso daqueles que governavam a província no período estava alicerçado na justificativa de proteger a manutenção e consolidação do novo sistema. Como condição fundamental para a conservação da nova ordem política estava tanto “o alijamento dos portugueses dos principais empregos públicos”, como também a expulsão de algumas figuras para fora da cidade. Estratégia contrária ao que será feito a partir de 1825 pelos governos de Patrício de Almeida e Silva e Costa Barros, como já apontado (ARAÚJO, 2018, p. 36).

¹¹ Segundo os autores, os grupos corporativos eram todos aqueles que assumiam uma identidade coletiva para apresentação de uma representação perante a monarquia; se diferenciavam das confrarias por não terem uma existência apenas episódica. Em sua maioria, estes grupos surgem no contexto do mundo corporativo do Antigo Regime. Entretanto, no caso dos homens de negócio, era uma identificação organizada em outro contexto, notadamente a partir do século XVIII. Os grupos corporativos atuavam, então, como “grupos de pressão” (MONTEIRO; COSENTINHO, 2017, p. 440).

ainda que não constituíssem uma “corporação” formal. Com a criação da Junta do Comércio, no período pombalino, a instituição assume, em parte, o papel de porta-voz do grupo (MONTEIRO; COSENTINHO, 2017, p. 438; 453). Théó Piñeiro (2014) ressalta que era por meio do Corpo de Comércio que os negociantes estabelecidos na praça do Rio de Janeiro mais encontravam respostas para as suas reivindicações junto à administração joanina. A ação em conjunto torna-se aspecto fundamental para o fortalecimento dos negociantes como grupo, principalmente como estratégia de aproximação com o governo.

No caso dos negociantes portugueses estabelecidos no Maranhão, o acionamento destas relações para manter a influência política fica claro ao produzirem em conjunto e em nome do Corpo de Comércio o abaixo-assinado de apoio ao presidente da província, como apresentado inicialmente. Como destaca Piñeiro (2014), na sociedade existente no Brasil no início do século XIX não bastava ter dinheiro, era preciso saber gastá-lo, o que era feito também com investimento nas relações com autoridades e cortesãos. Não por acaso, os negociantes portugueses buscaram produzir uma medalha em homenagem a Costa Barros.

A ação em conjunto destes personagens em 1825 estava diretamente relacionada com o restabelecimento deles na praça de São Luís, após os reveses sofridos ao longo dos anos de 1821 e 1823, de embates sobre a “adesão” (ou não) à Independência. As refregas políticas que marcaram a província após a separação política com Portugal perderam força momentaneamente nos anos de 1825 e 1826. Como já apontado, neste período é escolhido Pedro José da Costa Barros para o cargo de presidente de província, com o intuito de fortalecer as relações com o governo central. Dentre as estratégias do novo presidente, estava a reintegração dos considerados “portugueses”, retomando ofícios e empregos a este grupo (GALVES, 2011, p. 109). Com a reorganização política, figuras proeminentes da região “buscaram articular seus interesses ao novo contexto político”, o que assegurava não apenas o status social, mas também o acesso às posições de mando. Assim, começa um novo reordenamento desta elite nas instâncias de poder (CIRINO, 2019, p. 155-156). No caso dos negociantes, a aproximação com o novo presidente de província deixa claro a tentativa de se manterem próximos aos grupos de mando.

No contexto de construção do Estado era fundamental reorganizar estratégias e práticas que possibilitassem a integração dentro do Brasil, além de favorecer a estruturação de uma nova identidade. Para isto, as comemorações de aclamação do imperador foram fortemente utilizadas devido à visibilidade que alcançavam como espetáculo público. Estas festas foram marcantes em diversas regiões, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, entre os anos de 1822 e

1826 (SOUSA, 1999, p. 256 e seq.). No caso do Maranhão, com a “adesão” à Independência acontecendo apenas em julho de 1823, estes tipos de festividades não ocorreram de imediato. Como ressalta Marcelo Galves, a primeira festa de aclamação a D. Pedro ocorre apenas em outubro de 1826. Antes disso, as comemorações em louvor à nova ordem pouco movimentaram a província. Além do mais, a aclamação só acontece após o Reconhecimento da Independência por Portugal, ocorrido em agosto de 1825 (GALVES, 2011, p. 108-109). Os festejos de aclamação ocorridos no Maranhão contaram com a ativa participação dos homens de negócio.

Os preparativos para a festa começaram ainda em 1825 e os principais organizadores foram a Câmara¹², o Corpo de Comércio e o presidente Costa Barros. No primeiro momento foi composta uma “Corporação da Câmara”, responsável pela construção de uma grande galeria, “digno do alto objeto que se propunham solenizar”, onde iria ocorrer os principais momentos do festejo. A corporação foi formada pelo vice-presidente de província, Patrício José de Almeida e Silva¹³, e pelos “Ilustríssimos” Doutor Joaquim José Sabino, Capitão-mor Antonio José de Sousa¹⁴ e o Capitão de segunda linha, Antonio José Soares Duarte. Após finalizada a construção da galeria, entre as decorações constavam trechos do soneto de autoria de José Soares de Azevedo fixados em lunetas (*A fidelidade maranhense...*, 1826, p. 8; 14). Tanto Soares Duarte quanto Soares de Azevedo faziam parte do grupo de negociantes subscritores em análise. Como se vê, a organização das festividades contou com a ativa participação dos comerciantes da praça.

O protagonismo dos negociantes é evidenciado também durante os dias do festejo, visto que o Corpo de Comércio foi o principal financiador das comemorações. Os eventos comemorativos ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 1826 e as festividades do Corpo de Comércio foram realizadas entre os dias 18 e 20 de outubro, tanto na galeria recém-construída como também

¹² Marcelo Galves (2011) destaca que as festas ocorridas no Maranhão desde a Revolução do Porto tiveram como principal organizador o Corpo de Comércio e não a Câmara, como era comum na tradição da cultura política portuguesa. Apenas neste novo contexto que a instituição aparece à frente das festividades. Em contrapartida, o Corpo de Comércio se manteve nos dois momentos distintos participando das celebrações. Se antes os “vivas” eram para a união do império português, agora estavam voltados ao novo imperador do Brasil.

¹³ Patrício José de Almeida e Silva era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, começou a assumir cargos públicos na província do Maranhão a partir de 1821, compondo a Junta Consultiva no governo de Pinto da Fonseca e a Comissão Particular de Administração e Interesse público. Em 1825, Almeida e Silva foi eleito como conselheiro no Conselho de Presidência do Maranhão. Neste período, ele presidiu a província enquanto não ocorria o desembarque de Costa Barros (GALVES, 2010, p. 285-286; VIVEIROS, 1954, p. 239). Sobre sua atuação como conselheiro e suas trajetórias ver Cirino (2019).

¹⁴ Joaquim José Sabino e Antonio José de Sousa também foram conselheiros do Conselho de Presidência. Sabino, bacharel em Direito, é eleito vereador após a “adesão” à Independência. Antes de Patrício José de Almeida e Silva ocupar o cargo de vice-presidente, Sabino governou por alguns dias. Antonio José de Sousa se manteve como conselheiro até 1834, além de também ser membro do Corpo de Comércio, atuando ao lado dos negociantes em análise neste trabalho (CIRINO, 2019, p. 229; GALVES, 2010, p. 216; 286).

no Teatro União¹⁵. O folheto que registra os momentos do festejo, antes de narrar sobre estes dias de outubro, discorre sobre a importância do comércio e dos negociantes. O autor do folheto destaca o comércio como a “alma do mundo”, sendo essencial para as transformações da terra, visto que, sem ele, o homem não teria ousado desbravar os mares. Sendo assim, explica:

é o comércio, que pelos progressos da arte feliz de navegar, que a ele se deve, mete em comunicação os pontos mais afastados do globo, põem em correspondência por suas especulações atrevidas os povos que, habitam os ângulos opostos do Mundo; liga os hemisférios lançando entre eles pontes de madeira que os constituem em contato; fazendo, apesar da natureza, um só dos dois continentes (*A fidelidade maranhense...*, 1826, p. 78-80).

Além do comércio, o folheto também enfatiza o ofício do negociante, em especial daqueles que integravam o Corpo de Comércio:

finalmente o Comércio é a arte de fazer as outras Nações tributárias a do Negociante, e deste fazer a sua própria fortuna com a da sua Pátria, enriquecendo-a, enriquecendo-se, e fazendo a felicidade de todos os homens. Tais são os objetos de que é compreensiva a nobre e útil profissão do Negociante. [...] O benemérito Corpo de Comércio ardia em desejos de manifestar [...] seus sentimentos de acatada obediência e respeitosa afeição a Pessoa Sagrada de S.M. o Imperador, dando provas incontestáveis da sua fidelidade... (*A fidelidade maranhense...*, 1826, p. 82).

Chama atenção o primeiro trecho apontar para a união entre dois continentes, tornando-se um só. Possivelmente, esta era uma referência à conexão entre Portugal e o Brasil, agora independente. O objetivo é ressignificar o papel dos portugueses na província, os quais tanto se opuseram nos anos anteriores à separação política dos dois hemisférios. Isto porque o principal financiador dos festejos era o Corpo de Comércio que, como o próprio autor do folheto destaca, era “formado todo com muitas pequenas e raríssimas exceções, de Transatlânticos”. O que se alcançou com as festividades, segundo o folheto, foi o fim da “espantosa rivalidade”, com os “brasileiros de um, e outro hemisfério” demonstrando cordialidades (*A fidelidade maranhense...*, 1826, p. 86-87). O objetivo destes negociantes ao “abrir seus cofres” nas comemorações grandiosas de 1826 era, como apontado no segundo trecho, de fornecer provas incontestáveis da fidelidade ao novo império¹⁶. Além disto, fica claro o enfoque sobre a importância econômica dos negociantes para o Estado, o que justifica a necessidade de conciliação e de aceitação destes personagens.

¹⁵ Para análise mais detalhada sobre o folheto e as comemorações ocorridas naqueles meses ver Galves (2011).

¹⁶ Em 1831, com a inauguração da Biblioteca pública da província, Cândido de Moraes e Silva, redator do jornal *Farol Maranhense*, lamentou os valores diminutos doados pelos “portugueses” para a instituição, alcançando apenas dois contos de réis. Em contrapartida, o redator comparou com os mais de vinte contos de réis despendidos com as festividades de 1826. Como explica Marcelo Galves, a comparação dos dois momentos feita por Silva possibilitava denunciar os “portugueses” da província no passado e no presente. Em 1826, a aclamação do imperador visava projetar o presidente Costa Barros. No entanto, não houve interesse dos mesmos personagens com a causa da ilustração que abriria novas possibilidades para a população (GALVES, 2019, p. 11-12).

Enfatizar as relações amistosas com os portugueses foi uma característica das festas ao redor do recém-instaurado Império do Brasil. Com o monarca descendendo da linhagem real portuguesa, buscou-se apagar esta filiação para fortalecer a imagem da escolha de D. Pedro pela nova nação. Do mesmo modo, esperava-se que “os cidadãos desenvolvessem um sentimento fraterno que mais e mais cimentaria a união, o pacto social” (SOUSA, 1999, p. 223; 263). No caso da província do Maranhão, o novo pacto social do Estado destacou, mais uma vez, os negociantes “portugueses”.

Além de se restabelecerem nas atividades mercantis da praça comercial do Maranhão, estes personagens readequaram seus posicionamentos políticos ao novo contexto de construção do Estado e, mais do que isso, fizeram questão de os exibir publicamente por meio dos festejos. Retomando, nas comemorações de outubro do Corpo de Comércio alguns negociantes do grupo de análise aparecem com destaque em diferentes momentos dos ritos das festividades. Primeiramente, Manoel Silvestre Ramos foi designado, junto com José Gonçalves Teixeira e Carlos Luciano Mendes, como diretor responsável pela organização daqueles dias de festa. No primeiro dia, quatro negociantes mantiveram-se no pórtico de entrada da galeria, com tochas acesas para as entradas dos convidados, entre eles estava José dos Reis Brito. Além disto, ao longo da noite José Soares de Azevedo entoou o hino do comércio. Os guarda-livros e caixeiros dos negociantes também participaram na coordenação dos detalhes necessários para que tudo ocorresse conforme o planejado (*A fidelidade maranhense...*, 1826, p. 83 e seq.).

Cabe aqui breve explicação sobre a atuação destes personagens com destaque nas comemorações. Sabe-se que Manoel Silvestre Ramos e José dos Reis Brito negociavam na praça de São Luís desde o início do século XIX. Brito foi proprietário de embarcações e mantinha negócios principalmente com Portugal, além disso, ele também atuou como lavrador. Em janeiro de 1822, José dos Reis Brito aparece vendendo seus “estabelecimentos rurais” que consistia em: uma fazenda em quatro léguas de terra, com 170 escravos em Cachoeira Grande, uma fazenda de gado em duas léguas em Iguará, e uma canoa grande com 10 escravos. Segundo seu anúncio, ele iria se retirar para Portugal (*Conciliador*, 1822, p. 6). Contudo, ainda que tenha retornado a Portugal, logo estava restabelecido no Maranhão. Além de participar das festividades de aclamação em 1826, no ano seguinte ele aparece como o responsável pelo ajustamento das contas do Contrato de aguardentes de cana, encerrado em 1822 (*(O) Amigo do Homem*, 1827, p. 6). Ao que parece, a retomada dos seus negócios na região se manteve mais ligada às atividades mercantis. A demonstração da fidelidade de José dos Reis Brito ao novo Império do Brasil não ficou restrita às festividades de 1826, visto que também aparece em lista solicitando retrato do imperador, ao lado dos negociantes Antonio

José Meirelles, Antonio Carvalho Estrela e Miguel Tavares ((*O Amigo do Homem*, 1827, p. 2).

Em relação a Manoel Silvestre Ramos, sabe-se que esteve relacionado principalmente com o comércio de algodão. Em 1822, ele consta com bilhetes da alfândega para despacho do gênero, totalizando mais de quatorze contos de réis (14:364\$234), logo após as companhias de Antonio José Meirelles, do “Barateiro” e do inglês Robert Hesketh (*Conciliador*, suplemento ao nº64, 20/02/1822, p. 12). Silvestre Ramos integrava ainda a “Comissão Administrativa das lanchas dos práticos” (*Conciliador*, nº 142, 20/11/1822, p. 4), o que indica sua relação com o comércio marítimo. Por outro lado, o negociante não aparece em lista de contribuintes do Corpo de Comércio e sim na subscrição da Cavalaria Franca (Tabela 1), fornecendo comida e vestimenta aos pobres da cidade.

Estes personagens possuíam, assim, alguns pontos em comum, como o envolvimento com as viagens transatlânticas e a ativa atuação no comércio do Maranhão desde (pelo menos) início do século XIX. Entretanto, José Soares de Azevedo, integrante do Corpo de Comércio que produziu sonetos e o hino do comércio para as festividades de 1826, chama atenção pela trajetória pouco usual quando se trata dos homens de negócio. Soares de Azevedo nasceu em Portugal, na cidade do Porto, em março de 1800, filho de Manoel Soares de Sousa Martins e D. Margarida Corrêa Conceição Azevedo. Sua mãe faleceu quando ele tinha 11 anos. Nesta idade ele foi pela primeira vez ao Maranhão, quando seu tio paterno precisou liquidar uma sociedade comercial na região. Em 1817, Soares de Azevedo inicia seus estudos em Coimbra, contudo, devido a “horível tragédia do campo de Sant'anna”¹⁷, se muda para Paris, formando-se em belas letras em 1821 (ALMEIDA, 1879, p. XI).

Como se vê, até o início dos anos de 1820, o enfoque de Soares de Azevedo estava nos estudos na Europa e não nas atividades mercantis. O personagem chega à província no final de 1822, após sua irmã, D. Efigênia Cândida Soares Braga, filha do segundo casamento do pai, ter sido nomeada única herdeira. De acordo com seu biógrafo Francisco de Almeida, o intuito de Soares de Azevedo ao retornar ao Maranhão era de defender a Independência do Brasil e “decerto os seus esforços muito contribuíram para o grito pacífico da liberdade naquela importante província”¹⁸.

¹⁷ A tragédia se refere à conspiração de 1817 ocorrida em Portugal, liderada pelo General Gomes Freire, que tinha como principal objetivo estabelecer um governo provisório liberal. Como destaca Miriam Pereira, o episódio se tornou um acontecimento fundador do liberalismo oitocentista e o primeiro no país de natureza militar (PEREIRA, 2018, p. 219).

¹⁸ Nas notas biográficas sobre José Soares de Azevedo é destacado seu posicionamento a favor da independência desde 1818. Segundo Francisco de Almeida, ainda durante sua vida acadêmica, Soares de Azevedo escreveu um texto em que descortinava “sua inteligência de horizontes largos que contrastavam com a política tacanha desses tempos”, onde defendia o retorno de d. João a Portugal para deixar o Brasil com sua autonomia política. Idem. p. XVII. No entanto, é provável que tenha sido mais um exagero do biógrafo, que percebe a independência naquele contexto “como uma

Obviamente Francisco de Almeida romantiza a trajetória do personagem — o qual teve seus próprios interesses ao participar das festividades, e o contexto do Maranhão no período anterior à “adesão” à Independência — que nada teve de pacífica. Ainda assim, a escolha do biógrafo em exaltar a participação de Soares de Azevedo no processo da construção do Estado indica a centralidade do tema para a legitimação da imagem destas figuras que vivenciaram o período. Mais uma via de reafirmação de um português como defensor do novo Império.

Ainda segundo o biógrafo, após este “fato heroico”, Soares de Azevedo “em vez de ir postar-se nas antessalas dos ministros para mendigar um emprego, ou antes para dignar de justamente tomar parte no funcionalismo do estado, reduziu-se à condição menos favorecida e menos brilhante de sócio de uma casa comercial” (ALMEIDA, 1879, p. XVII). No entanto, o mais provável é que a atuação de Soares de Azevedo no comércio fosse a alternativa mais segura para se manter em uma nova localidade. Até mesmo porque, o personagem tinha a seu favor ser de uma família reconhecida pelas atividades mercantis e que também atuou no Maranhão¹⁹.

Além do Corpo de Comércio, outras comemorações foram feitas pela Companhia de Cavalaria Franca e pelos Corpos Militares da 1ª e 2ª linha da cidade. A primeira organizou ações de caridade em novembro, enquanto os militares fizeram as comemorações no mês de dezembro. A tabela seguinte apresenta os negociantes do grupo de análise, em ordem alfabética, e suas participações como subscritores nestes diferentes momentos.

Tabela 1 – Negociantes financiadores das festividades de 1826

Negociante	Grupo Contribuinte
Antonio José Meirelles*	Corpo de Comércio
Antonio da Cunha Afonso*	Corpo de Comércio Cavalaria Franca
Antonio Francisco de Azevedo	Corpo de Comércio Cavalaria

aspiração retraída de um povo”, sentimento não comprovado ao ser analisado o período em diferentes regiões. Esta imagem tem sido refutada pela historiografia sobre a independência das últimas décadas. Ver Galves (2011) e Jancsó (2003).

¹⁹ De acordo com Luzilá Gonçalves Ferreira, ele também tentou trabalhar no comércio no Rio de Janeiro, além de fundar um colégio, “que desejava moderno”, mas não foi bem-sucedido em nenhum dos dois. O reconhecimento como poeta apenas acontece quando ele se estabelece em Pernambuco, em 1838, onde passa a trabalhar como professor no Ginásio Provincial, alcançando o posto de correspondente da Academia das Inscrições e Belas Letras do Instituto de França, além de outros cargos. O negociante poeta falece em Recife em 1876. Deste modo, fica claro que ainda que Soares de Azevedo tenha feito parte do Corpo de Comércio no Maranhão, ele acabou se estabelecendo muito mais como um letrado (FERREIRA, 2010, s/p.).

	franca
Antonio Gonçalves Machado	Cavalaria franca Oficiais do 1º regimento
Antonio José Soares Duarte*	Corpo de Comércio Cavalaria franca Oficiais do 1º regimento
Antonio Rodrigues de Miranda*	Corpo de Comércio
Antonio Teixeira Pinto Guimarães*	Corpo de comércio Oficiais do 1º regimento
Bento Roque da Silva	Cavalaria franca
Caetano José da Cunha	Corpo de Comércio
Custódio Gonçalves Bastos	Corpo de Comércio
Domingos Ferreira Maia	Corpo de Comércio Cavalaria franca
Francisco Coelho Rezende	Corpo de Comércio Cavalaria franca
Francisco José Freitas Guimarães	Corpo de Comércio
Francisco Marques Rodrigues	Corpo de Comércio Cavalaria franca Oficiais do 1º regimento
Francisco Tavares de Barros*	Corpo de Comércio
João Antonio da Silva*	Cavalaria franca
João da Rocha Santos	Corpo de Comércio
João José de Almeida Junior*	Cavalaria franca

Joaquim Fernandes Sampaio	Corpo de Comércio
Joaquim Ramos Villar*	Corpo de Comércio Cavalaria franca
José Antonio da Silva Carvalho	Corpo de Comércio
José dos Reis Brito*	Corpo de Comércio
José Fernandes de Oliveira	Corpo de Comércio Cavalaria franca
José João dos Santos Almeida*	Corpo de Comércio Cavalaria franca
José Maria Henriques Cavaco	Corpo de Comércio Cavalaria franca
José Pereira de Faria Junior	Corpo de Comércio Cavalaria franca Oficiais do 1º regimento
José Rodrigues Roxo*	Corpo de Comércio
José Soares de Azevedo	Corpo de Comércio
Manoel Antonio Roiz Valle	Cavalaria franca
Manoel Domingues Dias*	Corpo de Comércio
Manoel Duarte do Valle*	Corpo de Comércio Oficiais do 1º regimento
Manoel João Correia de Sousa*	Corpo de Comércio Cavalaria franca
Manoel Lopes da Costa*	Cavalaria franca Oficiais do 1º

	regimento
Manoel Pereira Ramos	Corpo de Comércio Oficiais do 1º regimento
Manoel Silvestre Ramos*	Cavalaria franca
Miguel Tavares	Corpo de comércio Cavalaria franca
Serafim Gonçalves de Faria	Corpo de comércio Cavalaria franca Oficiais do 1º regimento

Fonte: *A fidelidade maranhense...* São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras, Lv. 180.

Como se observa na tabela, 37 negociantes do grupo de análise apareceram como subscritores em um ou mais momentos das festividades. Destes, a grande maioria (32) consta como contribuinte pelo Corpo de Comércio, seguido logo após pela Cavalaria Franca (23) e Corpo Militar (10). A maior parte dos negociantes apresentados atuaram ativamente no início dos anos 1820 apoiando a adesão ao movimento do Porto, além de fazerem forte oposição ao projeto de separação política iniciado no Rio de Janeiro, resistindo até meados de 1823. A ação em conjunto, durante os embates que antecederam à “adesão” à Independência, pode ser observada na subscrição produzida por Antonio José Meirelles, Luiz Gomes Ferreira e José dos Reis Brito, em fevereiro de 1823, para a arrecadação de sacas de arroz que serviriam de sustento da tropa que iria lutar contra a adesão. A doação foi feita pelos personagens destacados na tabela (asterisco). O comendador Meirelles e o negociante João Antonio da Silva encabeçaram as doações, com mais de cem sacas de arroz (*Conciliador*, nº 176, 19/03/1823, p. 2).

Deste modo, a participação massiva destas figuras nos festejos de 1826 demonstra as suas readequações ao novo contexto, ao passo que mantiveram a atuação de maneira associativa. Como ressalta Théó Piñeiro, o Corpo de Comércio foi criado para representar os interesses dos negociantes junto ao governo, mesmo sendo uma organização informal. O autor entende, pautando-se em Marco Morel, que o Corpo de Comércio foi o primeiro clube de negociantes²⁰. O caráter

²⁰ A definição de clube feita por Marco Morel, ao analisar as maçonarias, é “um ajuntamento reservado de pessoas que, sem faculdade do governo, tratam de alguma coisa extraordinária”. O intuito de Théó Piñeiro é demarcar um espaço público distinto do governo (PIÑEIRO, 2014, p. 111).

associativo da organização pode ser estendido tanto para a Cavalaria Franca como para o Corpo Militar. Morel (2001) aponta a importância destes grupos como espaços de sociabilidades, que cumpria simultaneamente diferentes funções sociais. O papel filantrópico exercido pela Cavalaria Franca no festejo, por exemplo, era um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela (MOREL, 2001, p. 5-6). As associações feitas pelos negociantes no Maranhão explicitam uma atuação como grupo até certo ponto coeso, mesmo que não formassem um grupo homogêneo. Estes nomes se repetiram no abaixo-assinado de apoio a Costa Barros, em dezembro de 1825, como já mencionado, assim como nos anos seguintes se mantiveram operando em conjunto nos âmbitos políticos e econômicos da província.

Considerações finais

A historiografia sobre a Independência das últimas décadas tem destacado a importância da historização daqueles acontecimentos. Tornando-se claro que a emancipação política não era sinônimo do início de um Estado brasileiro, o qual passou a ser construído ao longo das décadas após o 7 de setembro. Além disto, a instauração deste Estado foi marcada pela coexistência de “múltiplas identidades políticas” nas diferentes regiões, portanto, não existindo um projeto de tipo nacional (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 392-393).

Sob esta perspectiva, percebe-se a importância de ampliar a compreensão sobre os processos de Independência que ocorreram em diferentes regiões do recém-instaurado Império do Brasil. Com destaque aqui aos homens atuantes no comércio, visto que a hegemonia política do Império esteve diretamente relacionada com os interesses dos negociantes (RIBEIRO, 2002, p. 76).

Portanto, analisar a atuação dos negociantes neste processo de construção do Estado e a partir da província do Maranhão é complexificar os processos que possibilitaram o estabelecimento do Império. No caso destas figuras, a demonstração de apoio ao projeto de construção deste novo Estado só acontece após 1825, visando não necessariamente fazer parte de uma nova “nação”, mas sim salvaguardar seus interesses, sejam eles políticos ou econômicos.

Deste modo, é possível perceber a atuação dos personagens como um “corpo” engajado visando alcançar objetivos políticos. Ou seja, mesmo com o surgimento de novas formas de acumulação e grupos sociais, ainda se manteve o ambiente de Antigo Regime, onde as relações políticas tinham impacto direto nas relações do mercado. O reposicionamento dos negociantes na província esteve diretamente relacionado com o acionamento das redes de sociabilidades criadas por eles desde o início do século XIX.

Sob o pano de fundo de fidelidade ao novo Império, os negociantes se valeram dos seus poderios econômicos e de suas relações para retomarem os espaços de poderes políticos do Maranhão. Logo, a ação conjunta destes personagens foi de fundamental importância tanto para a dinâmica econômica da província como também para estruturação da região como parte integrante do novo Estado em construção.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Códice, Inventário Geral, Lv. 64, 1821-1826.

ARQUIVO NACIONAL. A fidelidade maranhense demonstrada na sumptuosa Festividade, que no dia 12 de Outubro e seguintes, a solicitação do Ilmo e Exmo Sr. Presidente Pedro José da Costa Barros fez à câmara da cidade. São Luís: Tipografia Nacional, 1826. Seção de Obras Raras. Lv. 180, 132,65.

BIBLIOTECA NACIONAL. Poesias Selectas. Precedidas de uma notícia biográfica pelo Dr. Francisco M. Raposo D'almeida. Recife Typografia Mercantil, 1879. Seção Obras Raras: 070, 005, 007. p. XI.

(O) Amigo do Homem – MA (1824-1827)

(O) Conciliador – MA (1821-1823)

Referências

ARAÚJO, Roni César Andrade. **Entre a Província e a Corte: “Brasileiros” e “Portugueses”** No Maranhão Do Primeiro Reinado (1823-1829). Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, 2018.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pela Boa Ordem Da Província e Pela Glória Do Império: Famílias, Estratégias e Suas Tramas Na Administração Imperial Do Maranhão (c.1750- c. 1840).** Tese (Doutorado em História), Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, 2019.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves Ferreira (Org.). **Escritores pernambucanos do século XIX.** Tomo I. Recife: CEPE, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”:** Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado em História), Niterói: Universidade Federal Fluminense, UFF, 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. “Aderir”, “Jurar” e “Aclamar”: O Império No Maranhão (1823-1826), **Almanack**, n. 1, p. 105–18, 2011.

GALVES, Marcelo Cheche. A Criação Da Biblioteca Pública Em 1831: Política e Cultura Escrita Na Província Do Maranhão, **Revista de História**, n. 178, p. 1–30, 2019.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, 2000.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Typ. da Palma, Maranhão. Biblioteca do Senado, 1870.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; COSENTINHO, Francisco. Grupos corporativos e comunicação política. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). **Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MOREL, Marco. Sociabilidades Entre Luzes e Sombras: Apontamentos Para o Estudo Histórico Das Maçonarias Da Primeira Metade Do Século XIX, **Estudos Históricos**, n. 28, p. 1-20, 2001.

PEREIRA, Gabriel Langie. **Independência e Sequestro de Bens: Negócios, Negociantes e Correspondentes no Pará e Maranhão (1822-1842)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2009.

PEREIRA, Miriam Halpern. O Bicentenário do Processo de Gomes Freire de Andrade e Seus Companheiros. **Ler História**, n. 72, 2018.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **“Os simples comissários”: negociantes e política no Brasil Império**. Niterói: Editora UFF, 2014.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A Liberdade Em Construção: Liberdade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

SOUSA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada: O Brasil Como Corpo Político Autônomo (1780-1831)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VIEIRA DA SILVA, Luís Antônio. **História da Independência da província do Maranhão: 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.

Anexo I - Subscritores do abaixo-assinado de 1825²¹

- 1) Antonio Carvalho Estrela
- 2) Antonio da Cunha Gonçalves Afonso
- 3) Antonio Francisco de Azevedo
- 4) Antonio Gonçalves Machado
- 5) Antonio José Meirelles Ferreira e C.a
- 6) Antonio José Pereira da Silva

²¹ Listados por ordem alfabética

- 7) Antonio José Soares Duarte
- 8) Antonio Meirelles e Sá
- 9) Antonio Rodrigues de Miranda
- 10) Antonio Teixeira Pinto Guimarães
- 11) Bento Roque da Silva
- 12) Caetano José da Cunha
- 13) Custódio Gonçalves Bastos
- 14) Domingos Ferreira Maia
- 15) Fernando Marcelino da Silva
- 16) Francisco Coelho Rezende
- 17) Francisco José de Freitas Guimarães
- 18) Francisco Marques Rodrigues
- 19) Francisco Tavares de Barros
- 20) João Antonio da Silva
- 21) João da Rocha Santos
- 22) João José de Almeida Junior
- 23) Joaquim Domingues de Carvalho
- 24) Joaquim Fernandes Sampaio
- 25) Joaquim Ramos Villar
- 26) José Antonio da Silva Carvalho
- 27) José Domingues de Azevedo
- 28) José dos Reis Britto
- 29) José Fernandes de Oliveira
- 30) José João dos Santos Almeida
- 31) José Maria Henriques Cavaco
- 32) José Pereira de Faria Junior
- 33) José Rodrigues Roxo
- 34) José Soares de Azevedo
- 35) L. Mendes
- 36) Manoel Alves Lima
- 37) Manoel Antonio Roiz Valle
- 38) Manoel da Costa Ferreira
- 39) Manoel Domingues Dias
- 40) Manoel Duarte do Valle
- 41) Manoel João Correia de Sousa
- 42) Manoel Lopes da Costa
- 43) Manoel Pereira Ramos
- 44) Manoel Silvestre Ramos
- 45) Miguel Tavares
- 46) Serafim Gonsalves de Faria
- 47) Vitorino José Roiz

Recebido em: 01 de setembro de 2021.

Aprovado em: 10 de outubro de 2021.